



EDITAL Nº 3272/SED/2024 - de 26/11/2024 – DOE Nº 22404, de 27/11/2024

Fixa data e estabelece os procedimentos para Escolha de Vagas do Concurso Público de Ingresso no Magistério Público Estadual para atuação nos cargos de Assistente de Educação, Assistente Técnico-Pedagógico, Especialista em Assuntos Educacionais (Administrador Escolar, Orientador Educacional e Supervisor Escolar) e Professor, nas unidades escolares da rede pública estadual de Ensino (Editais Nº 1739/SED/2024 e Nº 1740/SED/2024).

O Secretário de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, comunica aos aprovados no Concurso Público de Ingresso no Magistério Público Estadual para atuação nos cargos de Assistente de Educação, Assistente Técnico-Pedagógico, Especialista em Assuntos Educacionais (Administrador Escolar, Orientador Educacional e Supervisor Escolar) e Professor, nas unidades escolares da rede pública estadual (Editais Nº 1739/SED/2024 e Nº 1740/SED/2024), que haverá **escolha de vagas nos períodos de 4 a 9 de dezembro de 2024 e de 17 a 21 de fevereiro de 2025**.

1. DOS PROCEDIMENTOS

- 1.1. A escolha de vagas será feita de forma não presencial (on-line), de acordo com o seguinte cronograma:
 - 1.1.1. **Cargo de Professor: das 08h00min de 4/12/2024 e até as 13h00min de 9/12/2024;**
 - 1.1.2. **Demais Cargos: das 08h00min de 17/2/2025 e até as 13h00min de 21/2/2025.**
- 1.2. O candidato deverá fazer seu cadastro no site sso.ingresso.gov.br/login, criando sua conta gov.br.
- 1.3. Acessar o site <https://ingresso.sed.sc.gov.br/>, realizar seu cadastro ou atualizar seus dados e definir suas intenções de vaga, indicando as opções por ordem de preferência.
- 1.4. As vagas para escolha estarão dispostas por unidade escolar.
- 1.5. Será disponibilizado um "passo a passo" no Portal da SED (<https://www.sed.sc.gov.br/concursos/concurso-de-ingresso-ao-magisterio/>), para auxiliar o candidato com os procedimentos de escolha de vagas.
- 1.6. Para o cargo de Professor, a escolha de vaga será para apenas 1 (uma) disciplina, correspondente à disciplina de opção do candidato ao prestar este Concurso de Ingresso.
- 1.7. Compete ao candidato aprovado para dois cargos (um de Professor e outro dos Demais Cargos) a verificação de compatibilidade de horários entre ambos.
- 1.8. Os registros efetuados conforme os itens 1.3., 1.4. e 1.6. não garantem atribuição à vaga pretendida.
- 1.9. A vaga será atribuída ao candidato somente após processo de classificação efetuado pelo Sistema de Escolha de Vagas (<https://ingresso.sed.sc.gov.br/>), conforme regras previstas em Edital.
- 1.10. A classificação será processada pelo Sistema no período de 9 a 13 de dezembro de 2024.
- 1.11. O **Quadro de Vagas (Anexo III)** dos cargos de que trata este Edital encontra-se disponível nos portais da SED (<https://www.sed.sc.gov.br/concursos/concurso-de-ingresso-ao-magisterio/>) e da FURB (<https://furb.selecao.net.br/informacoes/360/>), para acesso e conhecimento.
- 1.12. O candidato que não participar da Escolha de Vagas nos períodos determinados neste Edital perderá todos os direitos sobre esta escolha e permanecerá na mesma ordem de classificação na lista de aprovados.
- 1.13. **As listagens das vagas escolhidas** serão publicadas no Portal da SED (<https://www.sed.sc.gov.br/concursos/concurso-de-ingresso-ao-magisterio/>), de acordo com o seguinte cronograma:
 - 1.13.1. **Cargo de Professor: após as 19h00min do dia 13/12/2024;**
 - 1.13.2. **Demais Cargos: após as 19h00min do dia 27/2/2025.**

2. DA NOMEAÇÃO

- 2.1. Após a confirmação da escolha da vaga, o candidato deverá entrar em contato com a Coordenadoria Regional de Educação a qual pertence a unidade escolar da vaga escolhida, para providências quanto ao exame pericial para admissão e à abertura do processo de posse.
- 2.2. O candidato será nomeado para o respectivo cargo de provimento efetivo, mediante ato do Chefe do Poder Executivo publicado no Diário Oficial do Estado, e eliminado de escolha de vagas subsequente, se houver.

3. DA POSSE E DO EXERCÍCIO

- 3.1. Respeitada a habilitação profissional mínima exigida na Lei Nº 1.139/1992 e na Lei Complementar Nº 668/2015, a posse ocorrerá mediante assinatura de Termo a ser firmado entre o servidor e a Secretaria de Estado da Educação, representada pelo Coordenador Regional de Educação, Supervisor Regional de Educação ou Supervisor Regional de Gestão de Pessoas.
- 3.2. Para a posse e o exercício do cargo, o servidor deverá apresentar os seguintes documentos:
 - a) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Parágrafo 1º, art. 12, da Constituição Federal e do Decreto Nº 70.436/1972;
 - b) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
 - c) Comprovante de habilitação (Carteira do MEC ou Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena ou Certificado/Comprovante de Conclusão do Curso e respectivo Histórico Escolar), em conformidade com o cargo de escolha;
 - d) Declaração de compatibilidade legal para o exercício do cargo a ser provido, quando da ocupação de outro cargo público, conforme incisos XVI, XVII e §10, do art. 37 da Constituição da Federal;
 - e) Comprovante de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino com idade até 45 anos);
 - f) Quitação com as obrigações eleitorais (documento original de certidão de quitação da Justiça Eleitoral e cópia do título de eleitor);
 - g) Declaração de bens;
 - h) Laudo médico de aptidão física e mental, expedido pela Junta Médica Oficial do Estado de Santa Catarina ou órgão credenciado;
 - i) Atestado comprovando a condição de Pessoa com Deficiência (PcD) e a compatibilidade com as atribuições do cargo;
 - j) Documento de identidade, certidão de nascimento, casamento ou equivalente, certidão de nascimento dos filhos (quando houver), Carteira de Trabalho e Previdência Social/CTPS (quando houver) e Cadastro de Pessoa Física/CPF, regularizados;
 - k) Declaração de não ter sofrido, nos últimos 3 (três) anos no exercício de função pública, as penalidades disciplinares previstas nas Leis Estaduais Nº 6.745/1985 e Nº 6.844/1986;

- k) Comprovar pleno exercício de seus direitos civis e políticos, mediante apresentação de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pela Justiça Estadual e Federal;
- l) Impressão da qualificação cadastral no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), cuja consulta poderá ser realizada no site <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml> ;
- m) Comprovante de residência (água, luz ou telefone) atualizado e em nome próprio, ou, no caso de comprovante em nome de terceiros, declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, de que reside no respectivo endereço;
- n) Comprovante de conta bancária no Banco do Brasil;
- o) Exames complementares, conforme listados nas Grades constantes no Anexo Único deste Edital.
- 3.3. Será vedada a admissão do candidato que apresentar qualquer restrição na qualificação cadastral no eSocial.
- 3.4. A falta de comprovação, na data da posse e do exercício, de quaisquer dos documentos listados no item 3.2, letras "a" a "o", e/ou a prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na edição de ato administrativo que tornará sem efeito a nomeação.
- 3.5. Ao ingressante que não apresentar o Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena na data da posse será dado o prazo de até 60 (sessenta) dias para fazê-lo.
- 3.6. Para efeitos de registro funcional, a data da posse e de início do exercício no cargo será considerada:
- 3.6.1. **Para o Cargo de Professor: a partir de 3/2/2025;**
- 3.6.2. **Para os Demais Cargos: a partir de 1/4/2025.**
- 3.7. O prazo da posse poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante requerimento dirigido à autoridade competente ou, em caso de doença, por meio de atestado médico, pelo período que perdurar o impedimento, e, no momento da posse/exercício, devem ser anexados os documentos citados no item 3.2 deste Edital.
- 3.8. Será concedida posse em dois cargos (um de Professor e outro dos Demais Cargos) apenas mediante a compatibilidade de horários.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 4.1. As vagas constantes neste Edital foram disponibilizadas mediante critérios específicos, considerando a ausência de titular no cargo e o número de alunos e de turnos de funcionamento da unidade escolar.
- 4.2. A Escolha de Vagas de que trata este Edital ocorrerá de maneira não presencial, por intermédio do site <https://ingresso.sed.sc.gov.br/>, dentro do período estabelecido nos itens 1.1.1. e 1.1.2. deste Edital.
- 4.3. As informações referentes ao ato de posse serão posteriormente divulgadas no portal da Secretaria de Estado da Educação (<https://www.sed.sc.gov.br/concursos/concurso-de-ingresso-ao-magisterio/>) e pelas Coordenadorias Regionais de Educação.
- 4.4. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento de todos os procedimentos referentes à Escolha de Vagas, incluindo os relativos ao ato de posse, por intermédio de endereço eletrônico (e-mail) e do portal da Secretaria de Estado da Educação (<https://www.sed.sc.gov.br/concursos/concurso-de-ingresso-ao-magisterio/>).
- 4.5. Se constatada a acumulação ilegal de cargos após a posse no cargo, será dada ao servidor a oportunidade para que, em 15 (quinze) dias após competente comunicação, manifeste-se pela permanência ou não no cargo provido.
- 4.5.1. Dada a opção pelo cargo provido, o servidor deverá apresentar documento comprobatório de exoneração ou demissão do cargo anterior. Caso contrário, será efetuada a exoneração do cargo recém-provido.
- 4.5.2. Se não houver manifestação do servidor no prazo estabelecido no item 4.5., o mesmo será exonerado do cargo provido por este concurso.
- 4.6. A partir da data de ingresso, será necessário o período de, no mínimo, 12 (doze) meses, para que o servidor possa reivindicar qualquer movimentação funcional.
- 4.7. O servidor ingressante só poderá ocupar a função de Diretor ou de Assessor de Direção de unidade escolar após homologação e publicação do estágio probatório no Diário Oficial do Estado, conforme estabelece o item III do Art. 10 do Decreto Nº 273/2023.
- 4.8. Considerando o estabelecido na Constituição Federal de 1988, art. 37, inciso VIII, e na Lei Estadual Nº 17.292/2017, art. 68, §1º, as Pessoas com Deficiência (PcD) têm reservado o percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas a serem ofertadas, para cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência.
- 4.9. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para Pessoa com Deficiência (PcD), as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Concurso Público.
- 4.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Estado da Educação.

ARISTIDES CIMADON
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO